

UOL Economia, 06 de Setembro de 2022.

## **Rejeição a Bolsonaro reflete temor de que 'bondades' sejam cheque sem fundo**

Por: José Paulo Kupfer

As pesquisas eleitorais vão se sucedendo, mas as curvas que formam as trajetórias de intenção de voto dos eleitores não saem do lugar. Oscilam, como pontua o jargão das análises dos resultados dos levantamentos, em torno das margens de erro, fixadas pelas normas estatísticas, em dois ou três pontos percentuais.

Muitos se surpreendem com a estabilidade de longa duração, principalmente depois de o governo do presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, conseguir abrir espaço nas regras fiscais para despejar montanhas de dinheiro na economia, animando a atividade econômica, e cortado impostos, para baixar preços.

O PIB (Produto Interno Bruto) está reagindo, a inflação deu uma recuada, o mercado de trabalho tem absorvido mais mão de obra. Esses movimentos derivam, em boa parte, de medidas adotadas pelo governo. Transferências de renda turbinadas, alcançando público ampliado, antecipações de pagamentos e isenções de impostos contribuem para impulsionar a atividade, mas pelo menos até aqui não revertem em intenções de voto.

Dos pelo menos R\$ 300 bilhões que devem entrar na economia até dezembro com essas medidas, perto da metade já está em circulação. Os resultados nos números econômicos atestam a melhora.

O PIB avançou 2,5% no primeiro semestre, e mesmo devendo perder aceleração na parte final do ano, tem tudo para terminar 2023 com expansão em torno de 3%. Reflexo dessa expansão, o desemprego vem recuando, estando agora em 9% da força de trabalho, depois de atingir quase 15%, no fim de 2020. Ao mesmo tempo, os índices de inflação perdem força. Na virada de 2022 para 2023, a inflação, medida pela variação do IPCA (Índice de Preços ao

Consumidor Amplo), pode descer a 6,5%, quando já esteve acima de 10% não faz muito tempo.

Mesmo assim, os eleitores, em sua maioria, avaliam mal o governo Bolsonaro e reprovam sua administração. A pesquisa mais recente, do Ipec, divulgada nesta segunda-feira (5), mostra que 57% reprovam o governo, com 43% avaliando a administração Bolsonaro como ruim ou péssima. Há estabilidade desde a primeira consulta, em 15 de agosto. No momento da pesquisa mais recente, as antecipações de pagamentos e a primeira parcela do Auxílio Brasil de R\$ 600 mensais para 20 milhões de famílias já havia sido recebida. A rejeição de Bolsonaro pelos eleitores, apesar das "bondades" que assinou a partir de abril tem origem em pelo menos três elementos. Começa pelo fato de que as melhoras na economia, um pouco pelo artificialismo que as sustentam, são desequilibradas e não trazem benefícios plenos, sobretudo aos mais pobres.

No caso da inflação, por exemplo, o recuo dos preços tem ocorrido com muito mais intensidade em itens administrados pelo governo, como combustíveis e energia elétrica, do que nos preços livres de mercado, sobretudo alimentos. Enquanto alimentos continuam em alta, com projeções de fechar 2022 com variação em torno de 15%, os preços que têm caído, como os da gasolina, não significam que estejam baixos. Se o preço do litro da gasolina desceu de R\$ 7 para R\$ 5, mal retornou ao valor cobrado no início de 2020.

A absorção de trabalhadores pelo mercado de trabalho também está se dando de modo desequilibrado e com ênfase nas ocupações que exigem menos qualificação, pagam salários menores e oferecem menos benefícios. O índice de informalidade na população ocupada, de cerca de 40%, é recorde, enquanto a subutilização de mão de obra, embora com recuo forte, se mantém elevada, com pouco menos de 25 milhões de trabalhadores nesta condição, para uma população ocupada de quase 100 milhões de pessoas.

Reunidos, preços altos na cesta básica e condições menos favoráveis no emprego, com remuneração média baixa, são fatores de disseminação de uma sensação de mal-estar social. Quando se somam endividamento e inadimplência a esses elementos, a tendência de desaprovar o governo de turno é inevitável. Pequenos alívios não são suficientes para mudar a impressão de que a gestão governamental está dando errado.

Um indicador que mede exatamente a evolução conjunta dessas variáveis é o IM (Índice de Miséria), calculado pelos economistas João Sabóia, professor do IE-UFRJ (Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e João Hallak Neto. Não por coincidência, o IM do segundo trimestre, com 75,9 pontos, era o quarto mais alto da série iniciada em 2012, cujo pico, de 80,9 pontos, ocorreu em dezembro de 2021.

Ao alívio apenas relativo que as "bondades" despachadas por Bolsonaro soma-se ainda o conhecimento, aferido pelas pesquisas eleitorais, de que elas são temporárias e com validade até dezembro. Embora Bolsonaro prometa mantê-las num eventual novo mandato, em especial o Auxílio de R\$ 600 mensais, a entrega ao Congresso de uma proposta orçamentária para 2023 sem a garantia dos recursos para viabilizar a continuidade das medidas temporárias pode estar contribuindo para manter a desconfiança de que Bolsonaro está passando um cheque sem fundo eleitoral.

Link para a matéria original:  
<https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2022/09/06/rejeicao-a-bolsonaro-reflete-temor-de-que-bondades-sejam-cheque-sem-fundo.htm>